

# O DESMONTE DOS DIREITOS APÓS A REFORMA DO ESTADO

Ana Paula Leal Correa ALENCAR<sup>1</sup>

Paula dos Santos ROCHA<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo apresenta um panorama da Reforma do Estado com alguns fatores históricos e mostra que esta Reforma trouxe implicações nos direitos sociais e na gestão das políticas sociais. Os novos parâmetros de gerenciamento como a terceirização, publicização e privatização que são utilizados como formas de passar tarefas que o Estado entende como não – exclusivas para a sociedade civil. E o desmonte dos direitos sociais onde o cidadão é considerado cliente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reforma do Estado. Direitos. Privatização. Publicização. Terceirização. Globalização.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a discussão sobre a Reforma do Estado e suas conseqüências nas políticas sociais e no desmonte dos direitos sociais, tal reforma teve implicações diretas para os usuários das políticas sociais do país.

O artigo apresenta o contexto no qual emerge a reforma, apresentando um pouco da história desde a crise dos anos 30, passando por 70, 80 e 90 para que fique claro todo o processo pelo qual o Estado passou durante estes anos.

---

<sup>1</sup> Discente do 3º ano de Serviço Social da Associação Educacional Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente.

<sup>2</sup> Discente do 3º ano de Serviço Social da Associação Educacional Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente.

A Reforma do Estado traz vários novos padrões de serviços que são considerados inovações, como a privatização, terceirização e publicização que são considerados as opções do Estado para um melhor gestão e coordenação dos serviços e projetos.

A Reforma traz mudanças na dinâmica do Estado, que não mais excuta diretamente as políticas sociais, e traz para o bojo das discussões as Organizações Não Governamentais e a publicização que para o contexto da Reforma seria a possibilidade de participação da sociedade civil organizada na gestão das políticas, porém o que analisamos no artigo é que há o desmonte dos direitos sociais e a negação dos direitos enquanto cidadania, trazendo o padrão de cidadão – cliente aos usuários.

O texto ainda apresenta a posição do Serviço Social enquanto profissão interventora da realidade social que trabalha na gama dos direitos sociais, mostrando como o Assistente Social deve ser um gestor criativo, inovador e dinâmico para que mesmo em meio ao contexto da Reforma do Estado, onde o Estado é enxugado e suas ações diminuem o mesmo, possa trabalhar na ampliação e efetivação dos direitos sociais. E buscar a emancipação, autonomia dos indivíduos proporcionando serviços de qualidade que possam efetivar mudanças na realidade social.

## **2 O CONTEXTO HISTÓRICO DA REFORMA DO ESTADO**

Para falarmos da Reforma do Estado, vamos voltar um pouco na história da sociedade e lembrar de alguns momentos importantes, dentre esses momentos temos: a grande crise dos anos 30 que, trouxe um mal funcionamento do mercado, segundo Keynes, pois o mercado livre levou as economias capitalistas a insuficiências crônica, logo após, entra em crise o Estado Liberal, necessitando de entrada do Estado Social Burocrático, social porque assume o papel de garantias dos direitos sociais e o pleno emprego, burocrático porque é através de contratação diretas de burocratas, portanto evidenciamos aqui, o surgimento em alguns países do Estado de Bem estar Social, ou seja, um Estado que administra o econômico e o social. O

capitalismo deixou neste século uma aliança da burguesia com a aristocracia, ou seja, uma classe média burocrática em expansão.

O que vê é que com a grande aceleração do desenvolvimento tecnológico, é que o sistema econômico mundial passou por uma grande transformação, com algumas reduções como por ex: custos mais baixos de transportes e etc, ou seja, globalizou-se tudo, os Estados nacionais perderam a autonomia, e as economias desenvolvimentistas já não são mais efetivas, portanto o Estado e o mercado eram vistos não com duas esferas separadas, mas precisamente a necessidade de controlar o econômico, juntos.

Em uma breve análise da história outro momento que marca a sociedade brasileira é a crise econômica dos anos 80, onde a mesma teve como causa fundamental a crise do Estado, uma crise fiscal, de modo de intervenção do Estado no econômico e no social, ou seja, uma crise na administração, pois o Estado além de garantir a ordem interna, a estabilidade da moeda e o funcionamento dos mercados têm um papel fundamental de coordenação econômica. Por isso, que há contradição, daquilo que o neoliberalismo traz, pois na verdade a coordenação do sistema econômico no capitalismo contemporâneo é realizada não apenas pelo mercado, mas também pelo Estado, portanto quando há uma crise no sistema, ela pode ser encontrado no mercado ou no Estado.

A crise que vem dos anos 70, 80 e chega aos anos 90, que já não é a crise que Keynes, falava sobre a insuficiência crônica do mercado dos anos 20 e 30, muito menos deve ser pensada, que por causa do desenvolvimento tecnológico, que trouxe muito desemprego. Mas numa crise que pode ser denominada crise do Estado, Estado Intervencionista, que o desenvolvimento torna-se obstáculo. A crise que se retrata aqui é quando o Estado entra em crise fiscal, perde em graus variados o crédito público, ao mesmo tempo em que se vê a capacidade de gerar poupança forçada, começa a diminuir e até sumir, ou seja, em conseqüência, o Estado dramaticamente diminui sua intervenção e se imobiliza.

E na realização das atividades exclusivas do Estado no que se refere a serviços sociais, de educação e saúde, a administração pública burocrática, que era efetiva em combater a corrupção e o nepotismo do pequeno Estado Liberal, demonstrava agora ser ineficaz, de atender com

qualidade as demandas dos cidadãos-cliente no grande Estado Social do século XX, tornando essencial sua administração pública gerencial. Então o Estado entra em crise fiscal, que no primeiro momento nos anos 80 apareceu sobre forma a de dívida externa, na medida que o estado via sua poupança pública tornar-se negativa, perdia a autonomia financeira e se immobilizava, aparece com mais clareza a crise da governança, que de um Estado deveria ser o agente do desenvolvimento, em vez de tornar o obstáculo.(PEREIRA, 1997, pg.25)

Essa crise que falamos do Estado esta ligada a um caráter cíclico de intervenção Estatal, que com o processo de globalização diminui a autonomia das políticas, sendo que a crise do mercado esta associada à crise do estado liberal, juntas, da qual já falamos que provocou o Estado Social, porque houve um desequilíbrio, trazendo prejuízos à sociedade num todo, como desempregos, enorme desigualdade social, portanto este Estado Social, projetou desenvolver a proteção social e o desenvolvimento econômico, por três formas: A do estado de Bem Estar Social nos países desenvolvidos, Estado desenvolvimentistas nos países em desenvolvimento, e o Estado comunista nos países em que o modo de produção Estatal é dominante.

A crise dos anos 30 foi uma crise de mercado, uma crise que o Estado não articulava a regulação do mercado deixando ao seu próprio destino, portanto, houve um desequilíbrio econômico e social.

Nos anos 50, o Estado tem um papel estratégico na promoção do progresso técnico e de acumulação do capital, pela garantia da distribuição de renda, portanto estes êxitos levaram um crescimento do Estado na área da regulação, no pleno social e empresarial. Sendo que para isto aumentou a carga tributaria, dobrando o percentual e na medida que tornava um Estado Social Burocrata, promovia bem estar social e desenvolvimento econômico.

Mas esse aumento de impostos e capacidade de arrecadação, aos poucos começa aparecer distorções das quais, o Estado começa a ser capturado pelos interesses dos empresários, classe média, e de burocratas públicos. As empresas Estatais que realizavam mecanismos de poupança forçada foram aos poucos se esgotando.

O mercado rompeu as barreiras criadas pelos Estados Nacionais, e ganhou espaço mundial, e transformou e competitividade internacional, algo

importante para o desenvolvimento econômico para sobrevivência de cada país.

Claro que houve conseqüência, porque quando o mercado prevalece, ocorre isso, de um lado melhorou a alocação de recursos e o aumento da eficiência da produção e de outro, perdeu relativa autonomia do Estado, que viu o seu papel se reduzir em formulação de políticas públicas macroeconômicas.(PEREIRA, 1997, pg.14)

## **2.1 O Processo de Globalização**

A globalização impôs assim uma dupla pressão de um lado representou um desafio novo, um Estado que protege seus cidadãos e essa proteção estava agora em cheque, na qual exigiu que o Estado precisava ser mais forte para enfrentar o desafio, se tornando também mais barato, mais eficiente, na realização das suas tarefas para aliviar o seu custo sobre as empresas nacionais, que concorrem internacionalmente.

Neste processo de globalização também podemos dizer que houve uma qualitativa, importante, que impôs ao Estado a reforma do mesmo, decorrente da diminuição de custos como: transportes e comunicações internacionais e dos investimentos diretos, a globalização levou a um aumento do comércio mundial, que significou um aumento de competição internacional jamais pensados, e uma reorganização da produção, a nível mundial. (PEREIRA, 1991, pg 14)

Portanto podemos dizer, que a partir desses fatos, a uma definição de reforma do Estado, que ocorreu ao longo de um processo histórico e político, onde se viabiliza, possibilidades de crescimento econômico para o país e desmonte de direitos sociais. No entanto queremos definir a partir do próximo item, a reforma do Estado em alguns pontos.

### 3 AS MUDANÇAS NO ESTADO APÓS A REFORMA

Segundo Bresser Pereira, 1997, pg. 18:

a) A delimitação das funções do Estado, reduzindo seu tamanho, através de privatizações, terceirização e publicização (esse último processo implica na transferência para o setor público não Estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta)

b) A redução do grau de interferência do Estado ao efetivamente necessário através de programas de desregulação que aumente o recurso aos mecanismos de controle via mercado, transformando o Estado em um promotor da capacidade de competição do país a nível internacional ao invés de protetor da economia Nacional contra a competição Internacional

c) O aumento da governança do Estado, ou seja, da sua capacidade de tornar efetivas as decisões do governo, através do ajuste fiscal, que devolve autonomia financeira ao Estado, da reforma administrativa rumo a uma administração pública gerencial (ao invés de burocrática) e a separação dentro do Estado ao nível das atividades exclusivas de Estado entre a formulação de políticas públicas e a sua execução.

Aumento da governabilidade, ou seja do poder do governo, graças a existência de instituições políticas que garantam uma melhor intermediação de interesses e tornem mais legítimos e democráticos os governos aperfeiçoando a democracia representativa e abrindo espaço para o controle social ou democracia direta

O autor defende eminentemente a Reforma do Estado e usa de critérios estratégicos para mostrar ao leitor que essa seja a melhor opção, mas o que vemos ao analisar a fundo a posição de Pereira é que são conceitos que visam mistificar a real função do Estado dentro deste modelo de Reforma, quando se fala em aumento da governança e governabilidade é difícil para nós estudantes de Serviço Social que estudamos a fundo os direitos sociais e vemos o desmonte dos mesmos junto com a retirada de cena do Estado, ou seja, não há aumento de governança nem de governabilidade, o que vemos é desmonte dos direitos sociais e os cidadãos transformados em clientes.

Os direitos conquistados vêm de uma correlação de força entre Estado e Sociedade Civil, com indivíduos organizados e conscientes de sua classe e com força política para colocar na agenda do Estado suas reais necessidades, ou seja, quando os serviços, programas e projetos não são mais realizados pelo Estado a população é desmotivada a reivindicar, lutar e se

organizar para esse embate político, pois a figura que se tem não é mais do Estado e sim da própria “sociedade civil organizada”, ou ONG’s como são mais conhecidas.

Segundo Montaño 2002, pg 23:

[...] “A partir do tripé constitucional da seguridade social – previdência, saúde, e assistência, de forma muito clara, porém não causal - , o “setor” empresarial se volta para atender demandas nas áreas da previdência e saúde, enquanto o “terceiro setor”, dirige-se fundamentalmente à assistência social, notadamente nos setores carentes.

Assim, derivando a atenção para as pontuais medidas estatais compensatórias (combate à pobreza, respostas focalizadas etc.) e para as supostas novas respostas do “terceiro setor”, escondem-se os verdadeiros fenômenos e esvaziam-se os debates sobre eles: a desregulação da relação capital/trabalho, o esvaziamento dos preceitos democráticos, a anulação da perspectiva de superação da ordem, a precarização do trabalho e do sistema de proteção social (estatal) ao trabalhador e ao cidadão carente, o peso no trabalhador dos custos do ajuste estrutural orientado segundo as necessidades do grande capital (particularmente financeiro).

Nesse sentido, o objetivo de retirar o Estado (e o capital) da responsabilidade de intervenção na “questão social” e de transferi-los para a esfera do “terceiro setor” não ocorre por motivos de eficiência

Ao analisar outro autor como Carlos Montaño é possível notar uma outra direção e a desmistificação do chamado terceiro setor que entra dentro do conceito publicização, onde segundo a reforma é a possibilidade de gerenciamentos das ações não- exclusivas do Estado por parte da sociedade civil, para montaño e também para a categoria hegemônica do Serviço Social a Reforma do Estado traz sim várias mudanças, que são consideradas na forma de gerenciar os serviços, porém o que se nota é o afastamento do Estado e o repasse da responsabilidade para a sociedade, o que é considerado portanto um retrocesso na luta por maior efetivação dos direitos e ampliação dos mesmos.

Outro destaque que podemos dar para este período é o desenvolvimento tecnológico e organizacional, onde causou um desemprego crônico, que segundo Behring e Boschetti p.124:

[...] “Esse desemprego implicou uma atitude defensiva e ainda mais corporativa dos trabalhadores formais e um intenso processo de desorganização política da resistência operária e

popular, quebrando a espinha dorsal dos trabalhadores, que segundo a assertiva neoliberal, estavam com excesso de poder e privilégios, na forma dos direitos sociais”.

Então vemos que as estratégias Neoliberais, e as tendências que a mesma proporcionou à sociedade, trouxe vários pontos negativos. Onde não só se vê um enxugamento da massa Estatal, como também parte dos direitos sendo negociados como mercadorias para o capital, ou transferidos a responsabilidade da sua efetivação para a própria sociedade, junto disto com o desenvolvimento tecnológico, o crescimento do mercado internacional e a globalização vemos a consequência disto nas palavras de Bering e Boschet, onde a uma desmobilização dos trabalhadores, a partir do desemprego e fragmentação dos direitos trabalhistas.

### **3.1 Publicização, Privatização E Terceirização**

Uma outra forma de conceituar a reforma do Estado, é entendê-la como um processo de criação ou transformação de instituições, de forma a aumentar a governança , a governabilidade. Privatização é um processo de transformar uma empresa Estatal em privada.

Se falarmos das mudanças e das novas instituições que a Reforma do Estado propicia, veremos os novos conceitos que surgem, tais como, publicização, privatização e terceirização

Publicização é um processo de transformar uma organização de direito privado, em pública não – estatal, onde a gestão dos serviços e atividades consideradas não – exclusivas do Estados são gerenciadas por uma parcela da sociedade civil organizada deixando o Estado não mais como executor, mas como regulador.

A privatização ocorre quando o governo vende empresas estatais para a iniciativa privada, ou seja, transforma uma instituição Estatal em privada, os governos tendem a explicar esse processo como uma forma de se desfazer de uma empresa Estatal quando a mesma não gera lucros ou quando a mesma



causa prejuízo aos orçamento do Estado, porém o que se nota é a perda da propriedade pública e implementação da ideologia de que, o que é público não pode gerar lucros.

Terceirização é o processo de transferir para o setor privado serviços auxiliares ou de apoio. No seio do Estado, onde se realizam as atividades exclusivas do mesmo, a clara distinção entre secretarias formuladoras de políticas públicas, agências executivas e agências reguladoras, autônomas, implica a criação ou redefinição da instituição.

Podemos dizer que o Estado cresceu nos últimos anos, mas no que se refere a número de pessoal e de suas despesas, porém este dado nos remete a pensar em Reforma do Estado o mesmo que enxugar a massa do Estado, entendida como redução do tamanho do Estado. Esse processo de crescimento fez com que amplie-se as funções do Estado inclusive na área social.

Esse crescimento gerou muitas crises e discussões sobre reforma do Estado, onde se faz necessário delimitar as formas e níveis de atuação do Estado, pois notou-se que o Estado não deveria executar determinadas tarefas o que nos remete a pensar no papel do mercado privado e da sociedade.

#### **4 ESTADO, MERCADO E SETOR PÚBLICO E SUAS ATIVIDADES**

É necessário ressaltar que o mercado e o setor público jamais poderiam ter tarefas como a do Estado, pois o privado e as organizações não-estatais possui o poder sob seus funcionários já o Estado possui o poder de governar, legislar, punir e tributar. O mesmo deve assegurar a ordem interna nos proteger de inimigos externos e controlar e promover o desenvolvimento econômico e sociais, estas são algumas características do Estado Clássico, tais como: definir leis, impor justiça, arrecadar impostos, fiscalizar o cumprimento das leis. Já o Estado Social formula políticas na área econômica e social e em seguida transfere para educação, saúde, assistência social,

previdência social, garantindo assim renda mínima, seguro desemprego, defesa do meio ambiente, proteção ao patrimônio público e estimo as artes.

O Estado possui também atividades exclusivas como por exemplo controlar a economia e promover a economia, por isso a criação dos bancos centrais nesse século, que podem estabilizar a moeda e a economia do país. Porém tem algumas atividades que não somente exclusivas do Estado como os investimentos em infra-estrutura onde a mesma pode ser dividida com o mercado.

Com o crescimento dos gastos do Estado como já dissemos aqui a instituição do Estado estourou uma crise fiscal, ficando sem condições de investimentos, com dívidas o que possibilitou as privatizações, possibilitando espaço para o mercado e a direção privada de lucro, onde as empresas estatais que antes visavam o atendimento das demandas da população passam a buscar intensamente o lucro.

O Estado possui tarefas que não lhe são exclusivas, mas que envolvem o seu poder, tais como: educação, pesquisas científicas onde tem hoje um grande número de empresas privadas que oferecem para que pode comprar estes serviços. As universidades, por exemplo oferecem muitas vezes bolsas de estudo, como “escola da família” que são mantidos pelo Estado, pois são compensadas em impostos, ou seja, o Estado prefere selecionar uma parcela da população, pois criam requisitos de inclusão nestas bolsas ao invés de investir em educação de qualidade desde do ensino fundamental até o mais específico, pois isso daria possibilidade de estudo a todo um país.

Surge neste bojo uma terceira propriedade chamada de pública não – estatal, onde é passada para uma parcela da sociedade algumas tarefas sendo estas subsidiadas pelo Estado para isso foi também criado o termo publicização para que se faça uma diferenciação do da privatização, pois esta publicização é a possibilidade de não privatização nos dias atuais.

As organizações não governamentais são hoje a possibilidade materializada para que não se resolva todos os problemas do país sempre com privatização.

Este processo de ampliação do setor público não – estatal possui duas origens: a partir da sociedade que passa a se organizar e também por

parte do Estado que passa se engajar neste processo, visto que inserir a sociedade em tarefas que antes pertenciam ao Estado é conveniente ao mesmo, porém é necessário lembrar que todo e qualquer espaço de participação conquistado é um ganho e deve ser utilizado pela sociedade.

Segundo Pereira, ano 1997, pg. 31:

[..] “O Estado Social – Burocrático do século vinte, como o social – Liberal do século vinte - e - um continuará a ser um forte promotor ou subsidiador das atividades sociais científicas, com a diferença que sua execução no Estado que está surgindo caberá principalmente a entidades públicas não – estatais”.

## **5 ALGUMAS DETERMINAÇÕES DA REFORMA DO ESTADO**

A reforma do Estado deve ser entendida num contexto de crise global do Capitalismo, sendo este um sistema de lucro e competitividade onde nações hegemônicas influenciam muitas vezes coercitivamente nações secundárias, as principais diretrizes dos organismos internacionais sobre reforma do Estado dizem que a mesma deve ser orientada pelo primado do mercado sendo que o Estado deve abandonar o controle político e a restrição na alocação dos recursos públicos.

Pode-se dizer que os investimentos na área pública cresceram em vários países nos últimos anos, porém são dados de quantidade e não qualidade, não oferecendo assim respostas sustentáveis às necessidades da população.

O Banco Mundial é um exemplo na medida que este faz articulações para que o Estado tenha seu papel diminuído e que o setor privado seja fortalecido e no que tange a relação Estado e Sociedade o Banco Mundial com o discurso da transparência do Estado afirma que a sociedade deve ter participação e neste item que se tem descentralização onde a mesma é entendida como forma de participação da sociedade civil.

O Banco Mundial influencia em todo o processo de Reforma do Estado, a partir de quatro indicações: a delimitação do tamanho do Estado, a

redefinição do papel regulador do Estado, o aumento da governança, ou seja, a recuperação financeira e administrativa de implementar decisões políticas tomadas pelo governo através do ajuste fiscal e aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, governar e garantir legitimidade.

Segundo Pereira 1997, existe a necessidade da delimitação do Estado com a tríplice da privatização, publicização e tercerização, sendo entendida como forma de tornar o Estado mais barato, eficiente em suas ações, é clara nesta fala de Pereira a influencia do Branco Mundial quando o mesmo diz que isso é decorrência da globalização e da crise mundial nos anos 80 e 90.

O autor traz a idéia do Estado Social - Liberal no sentido enganoso no que tange a direitos sociais, pois este Estado diz que manterá direitos sociais só que não somente pela maquina administrativa do Estado, mas principalmente pelo mercado e por organizações não – estatais, com o discurso de que isso irá tornar o mercado de trabalho mais flexível. Porém o que se percebe é a mercantilização dos direitos sociais e não a sua defesa como diz Pereira (1997).

## **6 A REFORMA DO ESTADO NO BRASIL**

No Brasil a reforma do Estado é estabelecida da seguinte forma: Núcleo Estratégico, compreendido como os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público; Atividades Exclusivas, onde somente o Estado pode realizar como regulamentar, fiscalizar e fomentar; Serviços não – exclusivos, como a produção de bens e serviços, dentre eles escolas, hospitais, museus entre outros e ainda a Produção de Bens e Serviços para o mercado entendido como o segmento produtivo e o financeiro. (SIMIONATTO, 1997, p. 6)

O núcleo dos serviços não exclusivos é expressamente onde acontece realmente a premissa da reforma, onde o Estado transfere os serviços para entidades denominadas como organizações sociais, sendo que

ele diz busca a participação da sociedade fortalecendo a parceria entre Estado e Sociedade e é também onde o estado consegue por muitas vezes se retirar de cena passando para o chamado terceiro setor algumas de suas “antigas” funções o que se percebe é que os direitos sociais são entendidos na agenda do Estado e por isso não podem ser separados.

A participação dentro da Reforma do Estado tende a ser diferenciada no que diz respeito ao indivíduo, pois trata de forma individual com o slogan de “cidadão - cliente”.

Segundo Simonatto, 1995, pg. 11:

[..] “Qual a opção que nos resta? A opção é central todas as forças na reversão desse processo, buscando construir uma reforma do Estado verdadeiramente pública, “intelectual e moral”, com intensa participação da institucionalidade e adentrando nas questões da racionalidade econômica e da distribuição da riqueza. Reverter esse processo depende, pois de uma verdadeira “guerra de posição” aglutinada em torno dos segmentos de classe que ainda sonham com uma sociedade melhor. É esse também o desafio que precisamos propor, enquanto profissionais que buscam contribuir para a construção de um novo projeto civilizatório”.

Este pensamento que engloba a fala de Simonatto não é hegemônico na profissão, sendo que existem outras vertentes devido ao pluralismo existente na categoria do Serviço Social.

Segundo Marco Aurélio Nogueira, 2005, pg. 67:

[...] “O Estado precisa ser inventado de novo, reestatizado, fundado novamente. Se um Estado é indispensável não é porque a sociedade, a democracia ou a sociedade civil precisem de um “tutor”, mas ao contrário: é porque essa é uma das condições para que elas sejam autônomas e potentes”.

Ao analisar a fala deste autor pode-se notar que é necessário uma nova ideologia, e não precisamente uma reforma, pois sem que haja mudanças nas bases ideológicas, políticas, econômicas e sociais, simplesmente reformulando o que já existe não é possível tornarmos um Estado diferente do existente que tenha uma base na igualdade social.

## CONCLUSÃO

Considerando este processo histórico, onde houve mudanças econômicas, políticas-sociais e tecnológicas, podemos dizer, que houve um desmonte nos direitos sociais, e uma onda Neoliberal estratégica, que lança a responsabilidade para a sociedade se locomover e estruturar possíveis condições de atender as demandas. Portanto o serviço social dentro deste contexto, é visto como uma profissão interventora nos processos sociais, ou seja, que intervem nas expressões sociais advindas da questão social, que é gerada por um conjunto, onde o capitalismo por ser um sistema que não visa a igualdade social, ou seja a distribuição de bens, serviços e etc para toda a sociedade, portanto a partir desse entendimento, vemos que esta chamada Reforma do Estado, é um assunto amplo e crítico para se analisar, pois certos pontos da reforma, seria positivo, se realmente fosse tornar efetivo, no que se propõe, mas há também um ponto negativo, onde vemos, o Estado diminuir demais, tornando mínimo, como já citamos acima, de certa maneira passando a responsabilidade social para a sociedade, ou seja, uma omissão, na questão que trata o social, porque é importante, se pensar em sociedade igualitária, na questão do desenvolvimento econômico e também social, porque se o país cresce economicamente, e aumenta a pobreza, há uma gravidade então, portanto é preciso controlar os dois juntos.

É importante lembrarmos que mesmo em meio a Reforma de Estado que enxuga a massa Estatal e deixa o Social à mercê da sociedade civil e da área privada, o Serviço Social, sendo uma categoria organizada e voltada a seguir seu projeto ético-político deve ter sempre o compromisso com seus usuários para a efetivação de direitos sociais.

Onde o profissional deve estar sempre se atualizando, buscando se aprimorar para acompanhar os processos de mudanças que vem acontecendo na sociedade, para que ele seja um gestor competente que mediante condições contrárias, possa gerenciar possibilidades de efetivação dos direitos sociais, para isto trabalhar com dados, através da própria

tecnologia propiciada ao mesmo, em busca de viabilizar a efetivação dos projetos e programas sociais, atingindo o ideal objetivo que a profissão busca, ou seja, cidadania enquanto direito social.

O Assistente Social deve ser um gestor responsável, dinâmico, criativo, flexível, ético, propositivo, articulador, negociador, inovador, competente, pesquisador e investigador, para que diante dessas novas tendências de um Estado aliado ao mercado, que promove o Social como um “negócio”, o mesmo possa trabalhar com a cidadania enquanto direito social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, Elaine Rossetti ; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social – Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2006.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**: Críticas ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a Sociedade Civil**. São Paulo: Cortez, 2005.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle**. Brasília: Caderno do MARE, 1997.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMONATTO, Ivete. **Reforma do Estado Políticas Públicas**: Implicações para a sociedade civil e para a profissão. Florianópolis, 1997.